

# **IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE DA COMUNIDADE CAMPONESA POMERANA E A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DOS PONTÕES CAPIXABAS**

Júlio César Suzuki<sup>1</sup>  
Elaine Mundim Bortoleto<sup>2</sup>

## **INTRODUÇÃO**

A relação entre identidade e territorialidade, especialmente quando esta é desenvolvida por grupos tradicionais, requer uma análise que não pode ocorrer sem o diálogo com os sujeitos sociais envolvidos, para se compreender a sociedade e os singulares liames desenvolvidos no território. O próprio conceito de sociedade implica, de qualquer modo, na sua espacialização ou, num sentido mais restrito, na sua territorialização. Sociedade e espaço social são dimensões gêmeas. Não há como definir o sujeito, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, 'territorial', sem considerar as diversas relações desenvolvidas em sua territorialidade (HAESBAERT, 2004, p. 20).

Buscou-se, então, analisar as relações entre identidade, território e pertencimento no processo de desterritorialização da população camponesa pomerana e sua reterritorialização na região de Pancas, estado do Espírito Santo (ES), bem como os impactos que a transformação da área em Unidade de Conservação (UC) trouxe a essa relação.

A comunidade de camponeses pomeranos se reterritorializou na área onde se localizam os Pontões Capixabas e que, a partir de 2002, foi transformada em Parque Nacional (PARNA)<sup>1</sup> pelo Governo Federal, sem que houvesse uma consulta prévia à comunidade local sobre o significado da transformação do seu espaço de vida em Unidade de Conservação, situação que provocou grande descontentamento e ansiedade entre seus moradores, pois mais de 500 famílias de camponeses pomeranos e seus descendentes, que vivem na área há mais de oitenta anos, corriam o risco de serem desapropriadas, desterritorializadas novamente.

Refletir sobre questões ligadas às relações estabelecidas no território por uma comunidade diferenciada como a pomerana, compreendendo o espaço vivido, o modo de vida, a identidade e o pertencimento ao lugar, coloca-se como importante contribuição para a Geografia, uma vez que se objetiva o aprofundamento cada vez mais denso das discussões sobre o território e territorialidade em seus diversos arranjos e relações.

A metodologia desenvolvida, além da revisão bibliográfica e trabalhos de campo, fundamentaram-se principalmente em entrevistas para a obtenção de depoimentos sobre a comunidade e seu modo de vida, tendo como base a memória coletiva e a história de vida por meio da história oral.

A pesquisa aponta o impacto psicossocial que a criação da Unidade de Conservação, da forma como ocorreu, gerou entre a comunidade pomerana, introduzindo o sentimento de medo e desconfiança em que tudo passou a ser entendido como ameaça ao seu território de vida. Impactos estes tão fortes, que geraram também uma reação de proteção que levou ao (re)fortalecimento do sentimento de identidade e pertencimento ao território desenvolvido pela população pomerana da região de Pancas (ES) desde sua reterritorialização, ao terem que lutar novamente pela manutenção do território e seu modo de vida.

## **DA DESTERRITORIZAÇÃO À BUSCA POR UM NOVO TERRITÓRIO: UM BREVE HISTÓRICO**

De acordo com Helmar R. Rölke (1996), as terras que formaram o território da Pomerânia foram aos poucos ocupadas por povos eslavos, vindos do leste e do sul. Faziam parte desses povos os russos, os poloneses e os *wendes* (pomeranos). O grupo que começa a habitar as terras no litoral do Mar Báltico são os *wendes* – *os habitantes da grande pastagem*.

A Pomerânia se constituía em uma província de 38.500 Km<sup>2</sup>, ocupada por aproximadamente dois milhões de habitantes, que viviam do cultivo de um solo de

características arenosas e úmidas e, conseqüentemente, de baixa fertilidade. Devido ao clima frio e chuvoso, os pomeranos dedicavam-se principalmente ao cultivo de trigo, batata, cevada, e beterraba.

Rogério Haesbaert (2002, p. 13) afirma que, para Félix Guattari (1985), o território envolve tanto uma ordem de subjetividade individual, quanto coletiva, bem como a possibilidade de os grupos manifestarem articulações territoriais de resistência, em contraposição ao 'espaço liso' homogeneizante, imposto pela ordem social e política dominante.

Como exemplo dessas articulações, pode citar-se a forma de organização dos pomeranos para a defesa de seu território, que tiveram que lutar ora em favor de alguns, ora de outros, sendo que em muitas dessas ocasiões não sabiam direito o que estava acontecendo, mas eram forçados a se aliar aos politicamente mais fortes e que talvez pudessem garantir-lhes a sua permanência ao território.

Sobre os valores simbólicos presentes no território que geram as relações de identidade e pertencimento e, conseqüentemente, ações que demonstram esse sentimento de pertencer, o significado do laço territorial aponta que o espaço está investido de valores não apenas materiais, bem como éticos, espirituais, simbólicos e afetivos, o que anuncia que o território cultural precede o território político e com ainda mais potência o espaço econômico (BONNEMAISON; CAMBRÈZY, 1996, p. 10).

No século XIX, quando tem início um processo mais efetivo de imigração, a Pomerânia estava ainda em poder da Prússia e a sociedade estruturada no sistema feudal. A sobrevivência dos camponeses pomeranos encontrava-se numa relação de total dependência do senhor feudal, uma vez que na maior parte do tempo os camponeses trabalhavam exclusivamente para ele, tendo que pagar excessivos impostos regionais e imperiais sobre o pouco resultado do trabalho que conseguiam ter nas terras que "ainda" não estavam sob o uso do senhor, quase nada restando para sua manutenção.

Aos poucos, com a transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, a industrialização e a modernização da agricultura, mesmo que incipiente, geraram um choque entre a agricultura tradicional e as novas formas de produzir para atender ao mercado, entre a atividade artesã e a máquina. Tais mudanças, em decorrência da exploração do capitalismo industrial, levaram a uma descaracterização da província, gerando, conseqüentemente, profundas e graves crises na vida do povo pomerano que, sem a terra de trabalho para sobreviverem, começou a viver o processo de desterritorialização ao ter que deixar o campo em busca de trabalho nas cidades.

Se a territorialização pode ser entendida como as múltiplas formas de construção/apropriação concreta ou simbólica do espaço social, a partir do materialismo histórico, pode-se compreender que a primeira grande desterritorialização capitalista liga-se a sua própria origem, ao seu “ponto de partida”, à acumulação primitiva de capital, que distingue, separadamente, produtor e meios de produção. Trata-se assim,

[...] da expropriação do povo do campo de sua base fundiária' e sua transformação em trabalhador livre rumo ao assalariamento nas cidades. A dissociação entre trabalhador e 'controle' (domínio e apropriação) dos meios de produção (da terra para cultivar à fábrica ou aos instrumentos para produzir) é a grande desterritorialização, imprescindível, de qualquer modo, à construção do capitalismo (HAESBAERT, 2004, p. 175).

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Pomerânia foi novamente invadida pelas tropas de Adolf Hitler, que destruiu todas as cidades e povoados, massacrando os habitantes. Com a derrota nazista, foi realizada a Conferência de Potsdam (1945) e a Pomerânia simplesmente deixou de existir. Em 2 de dezembro de 1990, com a reunificação da Alemanha, a região que passou a ser conhecida como Pomerânia Oriental (*Mecklenburg-Vorpommern*), até então pertencente à Alemanha Oriental, foi integrada à Polônia com a denominação de Pomorze.

O processo migratório de alemães e pomeranos para o Brasil, em especial para o Espírito Santo, em sua busca por um novo espaço de vida, um novo território, ocorreu em conseqüência das condições socioeconômicas e políticas presentes na

Europa do século XIX. Uma Europa de profundos desequilíbrios demográficos e econômicos e, como já se fez referência, repleta de fatores de repulsão aos grupos marcados pela pobreza, pela falta de trabalho, pela falta de terra, ou seja, pela ausência de condições de sobrevivência, restando apenas uma saída: a imigração.

Rogério Haesbaert (2004, p. 127) afirma que podemos entender simplificada e a desterritorialização como “o movimento pelo qual se abandona o território [...] e a reterritorialização” como sendo “[...] o movimento de construção do território”, em que, “[...] no primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e, no segundo, eles se reterritorializam como novos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação”.

John Tomlinson (1999) corrobora com a idéia da importância da reterritorialização para a manutenção da reprodução social e do sentimento de identidade e pertencimento de um grupo para com seu território ao constatar que:

Onde existe desterritorialização há também reterritorialização. [...] desterritorialização é uma condição ambígua que combina benefícios e custos com várias tentativas de restabelecer uma ‘casa’ cultural. [...] todos nós estamos, como seres humanos, corporificados e fisicamente localizados. Neste sentido material fundamental, os vínculos da cultura com a localização podem nunca ser completamente rompidos e a localidade continua a exercer suas reivindicações por uma situação física no nosso mundo vivido. Assim, a desterritorialização não pode significar o fim da localidade, mas sua transformação em um espaço cultural mais complexo (TOMLINSON, 1999, p. 148-149).

No Brasil, os imigrantes pomeranos se localizaram principalmente nos estados de Espírito Santo (considerado o local onde os imigrantes pomeranos conseguiram manter suas tradições de forma mais completa), Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sendo que a maior parte dos pomeranos chegou em 1872 e 1873 (JACOB, 1992).

Com a chegada dos imigrantes pomeranos, a colonização no Espírito Santo ganhou força, mesmo com os imigrantes encontrando uma realidade diferente do que pregavam as propagandas do governo brasileiro difundidas na Europa. Os colonos receberam lotes distando cerca de 40 quilômetros da sede, sem estradas,

sem escolas ou postos de atendimento médico, ou seja, lotes na mata virgem<sup>2</sup> (TALLON, s/d).

O governo, no início do processo de colonização, teve um papel consideravelmente atuante em favor dos colonos. Cada família recebeu um lote de 120.000 braças quadradas (mais de 50 ha), sendo reduzidos depois para 62.500 braças quadradas (aproximadamente 25 ha), ao preço de 93 mil réis cada um. Os colonos recebiam, ainda, além das terras, um auxílio financeiro por família de 24 a 59 mil réis por mês (o valor variava de acordo com número de membros na família). Entretanto, de acordo com Sidney Retz (2005), ainda na primeira fase da imigração, acabaram todos os tipos de auxílios governamentais, o que intensificou ainda mais as dificuldades, até então presentes na baixa fertilidade do solo em Santa Leopoldina e no despreparo da província (ausência de infraestrutura) para a chegada dos imigrantes.

Apesar dos problemas já citados e do grande isolamento e abandono que os colonos sofreram, as colônias acabaram por prosperar econômica e demograficamente. O plantio do café era a única alternativa rentável no início e, de certa forma, era uma atividade imposta, já que essa era a “característica da economia capixaba: ‘uma economia de subsistência aliada a uma produção mercantil – café – destinada ao mercado mundial’”, o que permitiu aos imigrantes pomeranos pagar suas dívidas iniciais e tomar posse de suas terras (ROCHA, 2000, p. 87).

A necessidade de novas áreas para cultivo e o desejo de possuir um pedaço de terra para poder dividir com os filhos e de melhores condições de reprodução social motivaram os imigrantes pomeranos a novas migrações, desta vez, adentrando o território do próprio estado do Espírito Santo. A busca por novas áreas, por terras férteis, que representavam a possibilidade de continuidade das práticas de produção e reprodução social dos imigrantes camponeses pomeranos dava ao território, num primeiro momento, um significado físico, um sentido de fonte de recursos.

Entretanto, para Maurice Godelier (1984), depois que a primeira necessidade de encontrar um espaço que possibilita a sobrevivência, a reprodução social, a sociedade ou grupo começa a tecer relações simbólicas com o espaço, a partir de relações de identidade e pertencimento com o território, definindo-se a produção do seu território.

Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar (GODELIER, 1984, p. 112).

A princípio, todos os imigrantes pomeranos tiveram a chance de serem proprietários. Todavia, a área da propriedade (50 ha), a estrutura agrária e o crescimento demográfico geraram, ainda na primeira geração dos descendentes pomeranos no Espírito Santo, além da falta de terras, contradições aos propósitos destes quando migraram para o Brasil (muitas famílias se tornaram meeiras quando o objetivo era ter a própria terra de trabalho de forma permanente e não apenas o acesso temporário a ela). Na tentativa de fugir dessas contradições, a alternativa encontrada foi a migração para outras áreas do estado que apresentavam a possibilidade de se conseguir terra.

Esse processo de migração interna ocorreu no sentido sul-norte, ou seja, nas regiões da Terra Fria, na Terra Quente ao sul do Rio Doce e na Terra Quente ao norte do Rio Doce<sup>3</sup>, iniciando a colonização pomerana em Pancas.

## **IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE**

Ao se apropriar concretamente ou mentalmente de um espaço, o sujeito social o territorializa. É nesse processo de apropriação, de territorialização, que as relações de identidade e pertencimento ao lugar são desenvolvidas, quando os sujeitos vão além da necessidade da apropriação de um espaço, quando produzem ali valores ligados aos seus sentimentos e à sua identidade cultural e simbólica, recriando seu espaço de vida, ao qual se identificam e se sentem pertencer (RAFFESTIN, 1981).

O município de Pancas localiza-se a noroeste do Espírito Santo distando de Vitória (capital) cerca de 190 Km. Sua geomorfologia é extremamente variada com uma grande quantidade de Pontões ou Pães-de-Açúcar (com até 900 metros de altura) e fundos encaixados de vales (na média do nível do mar). Entre esses pontões localizam-se 396 pequenas propriedades de trabalho familiar da comunidade camponesa pomerana<sup>1</sup> (estão dentro da área de abrangência da Unidade de Conservação dos Pontões Capixabas) que migrou para essa região a partir de 1930, contribuindo para a efetivação do processo de ocupação e colonização iniciado em 1857 e conseqüentemente para a formação espacial de Pancas.

A partir do ano de 1918, chegaram à região de Pancas, migrantes procedentes de Minas Gerais à procura de terras férteis e próprias para o cultivo do café, definindo-se como os primeiros colonizadores da região, ainda que esta não ocorresse de forma efetiva.

É nesse contexto que ocorreu a chegada de grupos de imigrantes ao Norte do estado, entre eles os pomeranos, possibilitando o surgimento dos primeiros núcleos populacionais de economia baseada na cafeicultura, dando continuidade ao processo de ocupação e colonização pretendido pelo Estado (até então sem sucesso efetivo), pautado pela necessidade de controle do território e pelos interesses econômicos.

Assim, com já se fez referência, por volta de 1930, o Município de Pancas recebeu o primeiro grupo de imigrantes pomeranos<sup>4</sup>, fruto do ciclo migratório empreendido por estes que vinham da Terra Fria em direção ao Norte do Rio Doce na busca pelas terras férteis da chamada Terra Quente (Pancas, Laginha, Alto Mutum Preto e Novo Brasil). Inicialmente estes imigrantes pomeranos fundaram o distrito de Laginha, que se destaca na região pela relevante manutenção dos costumes e tradições pomeranas.



Nesse processo de transferência da Terra Fria para a Terra Quente, a família pomerana recomeçava a produção do espaço que iria ocupar, novamente do nada, ou seja, tinham que derrubar a mata, limpar a área, plantar o roçado, construir a casa, abrir picadas, etc. Como estavam em situação de difícil acesso no interior, viveram em condições precárias de mobilidade espacial, condição que acabou sendo considerada (de forma infundada) uma característica do modo de vida do pomerano no Espírito Santo, definida como isolamento. A alternativa encontrada para sobreviverem a essa situação foi a recriação de uma forma de organização coletiva utilizada na Pomerânia, os *juntamentz* (mutirões).

Tendo o café como cultura principal, especialmente no período inicial da colonização, por ser a principal fonte de renda, os camponeses pomeranos procuravam aumentar progressivamente a área de seu cultivo. Nesse território, constituído por pequenas unidades de produção, os camponeses se dedicavam, ainda, ao plantio de quase tudo quanto possível, como: banana, tubérculos, feijão, milho, mandioca, arroz, produtos considerados essenciais para a sobrevivência. Atualmente, além do café, culturas como gengibre, verduras e morangos também fazem parte da produção do camponês pomerano que costuma comercializar seus produtos na feirinha de Pancas.

Sobre o valor simbólico do território, Ismael Tresmann (2008, p. 02) analisa que, como camponeses, os pomeranos raciocinam com uma lógica diferente daquela da cidade. Vivem dos produtos da terra e por isso são muito ligados a ela, ligação que se justifica pelo valor simbólico da terra, que representa a possibilidade de sobreviver, de permanecer e pertencer ao território.

A importância da natureza simbólica das relações sociais presentes no território é ressaltada, sendo a força desta carga simbólica tão relevante que o território é compreendido como um construtor de identidades (BONNEMAISON; CAMBRÉZY, 1996, p. 14).

O valor histórico e cultural da região de Pancas que abriga a comunidade pomerana, de costumes e tradições peculiares mantidos e vividos, história forte e falante da língua nata, se coloca como fator extremamente importante ao se buscar entender modo de vida e pertencimento ao lugar. Dentre as particularidades desse povo ignorado e expulso de seu território de origem e ameaçado novamente de expropriação, quando da implantação da Unidade de Conservação dos Pontões Capixabas, está à forma de organização coletiva, por meio dos mutirões (os *juntamentz*), a língua Pomerich, a religião, a alimentação, as formas de construção, de manejo com os alimentos, as festas e o trato com a terra e a natureza.

De acordo com Marta Inez Medeiros Marques (1994, p. 04):

o modo de vida camponês é formado por um conjunto de relações familiares e de vizinhança, formas de organização da produção imediata, condições materiais de vida e de trabalho, relações políticas e religiosas. Tais relações se apóiam num sistema de valores que lhes dá sentido.

Para os pomeranos, o planejamento conjunto é algo habitual em suas vidas e a terra é considerada como o fundamento de seu modo de vida e não como mercadoria, assim, o preparo do solo é feito com uso de enxadas e as colheitas ainda são manuais. A língua nativa, falada somente no Brasil, acompanha a “lida” nas lavouras e o café com *mijchabroud* (pão pomerano), herança de tempos difíceis que marca a história de luta pela sobrevivência deste povo.

No que se refere à alimentação, houve necessidade de uma adaptação a produtos até então desconhecidos dos imigrantes pomeranos, como café, cana-de-açúcar, mandioca, feijão, arroz, inhame e milho. Destaca-se que, mesmo com as dificuldades financeiras, a mesa do pomerano sempre foi farta e variada, uma vez que os produtos eram produzidos em suas terras, sendo um costume, como já se fez referência, se plantar de tudo um pouco, principalmente os produtos voltados para a subsistência da família.

Outra particularidade do modo de vida dos pomeranos no Espírito Santo encontra-se na religião, sendo que em sua maioria são protestantes luteranos,

destacando-se a perseguição e discriminação que sofreram pelo governo de Getúlio Vargas durante a Segunda Guerra Mundial. Pelo fato de serem luteranos e falarem uma língua de raiz alemã, foram tratados como alemães e simpatizantes do nazismo e das políticas de Adolf Hitler.

Esse fato os levou, em busca de proteção, a se isolarem do convívio com pessoas de fora da comunidade naquele período, criando a impressão de serem pessoas de personalidade fechada e desconfiada, o que, em parte, contribuiu para a manutenção dos costumes e tradições. Entretanto, essa impressão de povo pouco receptivo se desfaz quando se conhece mais profundamente a comunidade (BORTOLETO, TESCH e VIGNA, 2006).

Ainda sobre o modo de vida, constata-se que a terra foi e continua sendo muito importante para os pomeranos, em especial para a comunidade camponesa pomerana de Pancas que a considera como seu meio de sobrevivência e de reprodução social. Existe respeito e carinho pela terra e natureza que têm para eles um grande significado, sendo representante da própria vida. Assim, a terra é elemento fundamental na construção do território.

Um aspecto importante a ser lembrado ao se buscar compreender o território e toda a sua carga simbólica, de acordo com Rogério Haesbaert (2004), é que,

mais do que território, territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural. Territorialidade, além da acepção genérica ou sentido lato, onde é vista como a simples 'qualidade de ser do território' é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território. Ao falar-se em territorialidade estar-se-ia dando ênfase ao caráter simbólico, ainda que ele não seja o elemento dominante e muito menos esgote as características do território. Muitas relações podem ser feitas, a partir do próprio sufixo da palavra, com a noção de identidade territorial. Isto significa que o território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política (HAESBAERT, 2004, p. 74).

Ao se trabalhar com o território, deve-se levar em consideração a sociedade e sua espacialização, mais ainda, deve-se levar em conta também o espaço do imaginário, do sentimento que leva à identificação com o território.

O território deve ser considerado como um espaço de identidade, de identificação, sendo que sua base é o sentimento, pouco importando a forma espacial, uma vez que esta pode ser variável. Assim, o território pode até mesmo constituir-se no imaginário, daquilo que é sonhado, pois, segundo Rosa Maria Vieira Medeiros (2009), é a partir do sonho que se inicia a sua construção.

Somente por meio do conhecimento do espaço vivido e das relações de identidade é possível compreender a territorialidade da comunidade camponesa pomerana e seu pertencimento ao lugar, bem como a sua forma de reprodução social e de uso do espaço, baseado na pequena agricultura e na tradição de manter a terra na família, ou seja, o espaço para a comunidade pomerana é usado e valorizado como o seu meio de sobrevivência e não de acumulação, não se observa na comunidade relações desenvolvidas com a terra na forma de mercadoria, uma vez que não ocorre venda de terras para aquisição de bens de consumo ou mesmo a compra de novas áreas como reserva de valor (BORTOLEO; TESCH e VIGNA, 2006).

Verifica-se que a relação de pertencimento e de valorização do espaço ocorre também no que se refere ao cuidado com o meio e seus recursos, pois, mesmo sem a consciência formal da conservação dos recursos naturais, esta aconteceu/acontece ainda que com falhas em alguns aspectos. Entretanto, a relação de valorização do espaço e de tudo que o compõe ocorreu/ocorre uma vez que a cultura e a economia dessa comunidade encontram-se indissolúvelmente vinculadas ao seu território e aos recursos naturais, não sendo necessário separar-se deste, como foi proposto no início da criação da Unidade de Conservação dos Pontões Capixabas na categoria PARNA.

## **AMEAÇA À RELAÇÃO DE IDENTIDADE E PERTENCIMENTO AO TERRITÓRIO DA COMUNIDADE CAMPONESA POMERANA: A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DOS PONTÕES CAPIXABAS**

Nas sociedades agrícolas pré-industriais [...], 'o território não se definia por um princípio material de apropriação, mas por um princípio cultural de identificação, ou, se preferirmos, de pertencimento. Este princípio explica a intensidade da relação ao território. Ele não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita. É uma parcela de identidade, fonte de uma relação de essência efetiva ou mesmo amorosa ao espaço'(HAESBAERT, 2004, p. 72).

Ao analisar a reação dos camponeses pomeranos, na região de Pancas, frente à implantação da Unidade de Conservação dos Pontões Capixabas na categoria Parque Nacional<sup>2</sup>, em 2002, pelo Governo Federal, verificou-se o impacto causado na relação de pertencimento ao lugar, desenvolvida pela comunidade ao longo do tempo de vivência neste espaço, que consideram como o seu lugar, seu território, repleto de simbolismo, em que reconstruíram sua identidade como povo pomerano.

Sem que houvesse uma consulta prévia<sup>6</sup> à comunidade sobre o significado da transformação do seu espaço, a UC dos Pontões Capixabas foi criada tendo como objetivo proteger a biodiversidade da área dos processos de extinção e degradação ambiental. A área demarcada para a UC abriga relevante riqueza natural com significativos remanescentes de Mata Atlântica do município e estado, além de um conjunto de pães-de-açúcar de grande beleza cênica e *locus* de algumas espécies endêmicas.

Esta situação provocou grande descontentamento e ansiedade entre os moradores, pois 583 famílias que vivem na área corriam o risco de serem desapropriadas, desterritorializadas novamente. O estranho, o diferente, o governo, a preservação, tudo se tornou uma ameaça, principalmente à identidade e ao pertencimento dessa comunidade para com seu território de vida.

A respeito da possível desapropriação, os relatos concedidos durante as entrevistas, foram de desabafo, carregados de sentimentos de revolta e tristeza.

Tristeza por perder a morada e se ver fora de seu meio, espaço este que foi conquistado com trabalho e sentimentos de reconstrução do modo de vida perdido na Pomerânia, território tradicional, mas onde já não era permitido o pertencimento ao lugar, à territorialização (BORTOLETO, TESCH e VIGNA, 2006).

Os esforços para a preservação da natureza chegaram a essa comunidade como a forma mais arbitrária de expulsão pelo cercamento proposto por uma Unidade de Proteção Integral e na desconsideração dos sistemas de manejo da fauna e flora que os moradores já utilizavam. Quando o Estado, adotando um modelo norte-americano, cria Unidades de Conservação repulsoras da população humana, contribui para a perda do etnoconhecimento, etnociência, de sistemas de manejo e da diversidade cultural. Desconsiderou-se que cada um é portador de uma riqueza da natureza e da cultura. E, quando apenas comunica a essas famílias que seu lugar, sua morada, toda sua história serão deslocadas a favor do fechamento de uma área, o Estado reafirma o poder autoritário há pouco perdido por lutas e contestações.

Mas não seria o homem elemento do Meio? Responsável por cuidar deste como reverência à vida? O ambiente é a morada da diversidade, incluindo aí a espécie humana. E, analisando as respostas dadas e a expressão de tristeza dos camponeses quando diziam sobre a desapropriação, cabe questionar: não seria esta uma postura antiética? Como fica a Ética do *ethos*: morada, casa? O “meio” é também a morada da espécie humana que deve zelar pela integração das diversas formas de vida, e não ser retirada arbitrariamente dessa cadeia de integrações, de sua morada (BOFF, 2004).

Para criação de uma unidade de conservação deve-se considerar uma série de critérios, sendo que estes têm sido objeto de sucessivos debates. No passado, a escolha de uma área era feita basicamente pelos aspectos cênicos e disponibilidade de terra. Com o avanço do conhecimento sobre a diversidade biológica e da fundamentação teórica da moderna biologia de conservação, esta estratégia passou a ser criticada (DIEGUES, 2004).

A partir da década de 1970, houve novas propostas para a seleção de áreas prioritárias para a conservação, baseadas nos critérios de distribuição de espécies e de ecossistemas. Depois de escolhido o critério para seleção da área, passa-se para a avaliação da viabilidade da criação de uma nova unidade. Técnicos especializados visitam a área para coletar dados sobre a conservação, presença de espécies, representatividade da região ecológica natural, complementaridade ao atual sistema de UCs, diversidade de ecossistemas, área disponível, valor histórico/cultural e antropológico, grau das pressões humanas sobre a área e situação fundiária. Somente após a análise destas informações é que se pode tomar uma decisão sobre a criação ou não da nova unidade e qual será a categoria mais indicada para ela.

No caso da criação da UC em Pancas, o aspecto determinante foi a geomorfologia de aspecto singular, com a presença de centenas de pontões rochosos que constituem um complexo geomorfológico de *inselbergs*, com área superior a 110.000 ha, sendo, ainda, habitat de espécies endêmicas rupestres e onde se encontram os últimos remanescentes de Mata Atlântica de inestimável potencial ecológico e biológico do estado do Espírito Santo.

O aspecto que não foi considerado de forma alguma foi a população, que não foi consultada. Assim, o valor cultural e histórico da região que abriga famílias pomeranas, de costumes e tradições peculiares e falantes da língua nata foi considerado irrelevante, como também sua relação com o território, a forma de valorização que empreenderam sobre este e o sentimento de pertencimento ao lugar, bem como os processos de desterritorialização e reterritorialização vividos por este povo particularmente na imigração para o Brasil.

A criação da Unidade de Conservação na categoria de Parque Nacional (PARNA), na área em que vive a comunidade camponesa pomerana, ocorreu a partir de um sobrevôo de avião em início de novembro de 2002. Segundo os moradores, no avião havia técnicos do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) do Espírito Santo e de Brasília e um deputado federal. Foi durante esse sobrevôo que demarcaram as áreas que iriam compor o PARNA, sem, no entanto, “perceberem”

que ali nos vales entre os pontões rochosos viviam 583 famílias que deveriam ser consultadas sobre o processo de transformação da área de suas pequenas propriedades rurais em um PARNA e que foram totalmente ignoradas.

A aprovação do decreto nº 4.340 ocorreu rapidamente, ainda em dezembro de 2002, declarando que “aquelas terras” fariam parte de uma Unidade de Conservação na categoria Parque Nacional (PARNA) que, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei Nº 9. 995, de julho de 2000, Art.11. § 1º, encontra a seguinte definição: “O parque Nacional é de posse e domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei” (BRASIL, 2000).

Com a criação do PARNA, as famílias que estivessem dentro das áreas demarcadas teriam que sair de suas terras, as quais haviam sido cuidadas há gerações por seus moradores. Salienta-se que as famílias só foram informadas sobre o que estava acontecendo depois que todo o processo já estava pronto para ser implantado, não tendo recebido com antecedência nenhuma informação do governo federal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) ou de outro órgão público sobre o processo que acontecia e seu significado.

A comunidade não foi informada sobre quais mudanças ocorreriam em suas vidas depois da criação do PARNA. Não se levaram em conta os impactos que seriam causados sobre essas famílias, sobre suas vidas. É nesse contexto que se desenvolvem sentimentos de revolta, de traição, de desesperança e até de destruição do que havia sido conservado até então entre a comunidade de camponeses pomeranos, como demonstram alguns dos relatos concedidos já no ano de 2006:

Flávio - nos sentimos muito mal e humilhados, e ainda não fomos consultados de nada, o que doeu muito. Disseram que era pra preservar as pedras, nunca vi uma coisa dessas na vida. Foi muito difícil, porque esperamos ansiosos por uma solução, mas não sabemos do futuro, porque preservado já está e ficará. (Flávio Sthur, 52, em 03/2006)



Fabrcio - a reaçofo foi a pior possvel, de muita revolta, tristeza, pânico em ter que sair. Porque na realidade ninguém falou nada! O pior de tudo foi esse choque que todos nós levamos, porque ficamos sabendo da boca das pessoas que moram aqui na região, então foi um passando para o outro, só assim ficamos sabendo, que avião do Fernando Henrique Cardoso sobrevoou a área e viu que aqui existem espécies raríssimas de vegetação e animais e por isso nós tínhamos que sair porque eles queriam preservar a região, mas preservar não sei o que?! Porque tudo que está aí, que está bonito fomos nós que preservamos e continuaremos. (Fabrcio Vervloet, 38, em 03/2006)

Segundo os depoimentos, apenas após o início de implantação da UC é que os moradores locais tiveram alguma explicação sobre o que estava acontecendo e o que significava o fato da área em que viviam ser transformada em PARNÁ:

Fabrcio - depois de toda confusão veio o IBAMA, governador e o vereador Cláudio Vereza para ver de perto o que estava acontecendo, mas isso só aconteceu bem depois do fato ocorrido. (Fabrcio Vervloet, 38, em 03/2006)

Alice - como falei, depois de tudo é que vieram algumas pessoas aqui pra explicar o que tinha acontecido ninguém teve também consideração pelos nossos costumes. (Alice, 62, em 03/2006)<sup>3</sup>

No Brasil, a expulsão dos moradores das áreas de conservação ambiental tem contribuído para a aceleração de sua degradação, uma vez que estas populações historicamente protegeram a biodiversidade que é tão considerada para na criação de uma UC. Para estas populações, é incompreensível que suas atividades tradicionais, como é o caso da agricultura camponesa, sejam prejudiciais à natureza frente à intenção de redes hoteleiras e atividades turísticas projetadas para a área, pois constata-se que “as populações tradicionais, mediante suas práticas culturais, colaboraram e colaboram para a manutenção da diversidade biológica, desde que sejam respeitadas e mantidas suas formas tradicionais de manejo” (DIEGUES, 2004, p. 155).

Recentemente, no Brasil, algumas populações tradicionais começaram a resistir à expulsão e à desorganização do seu modo de vida. Este é o caso da comunidade camponesa pomerana que, após a comunicação feita pelo Governo sobre a criação da UC Parque Nacional dos Pontões Capixabas, em dezembro de 2002, organizou-se como Associação dos Amigos do Parque e, desde então,

empenharam-se em debates reivindicando o direito de sua permanência na área como população de tradicional, com cultura e história diferenciadas que, até o momento, eram os principais responsáveis por uma conservação que em períodos anteriores não foi garantida pelo Estado. (BORTOLETO, TESCH e VIGNA, 2006).

Buscando a manutenção de seu espaço de referência, de identidade, a comunidade camponesa pomerana, por meio da Associação dos Amigos do Parque, apoiada pela sociedade civil e autoridades do governo estadual, procurou, por seus meios, entender a nova realidade em que estavam inseridos para que pudessem lutar por mudanças nas políticas de preservação impostas em seu território.

A Associação dos Amigos do Parque e a instituição de ensino superior localizada na região desenvolveram ações de inclusão social, para que a comunidade pudesse lutar por mudanças nas políticas de preservação impostas ao seu território, bem como, para a compreensão da importância de se conservar o ambiente biológico e cultural em que vive por meio da realização de projetos de pesquisa e debates sobre a questão da conservação ambiental e sensibilização sobre a importância da área como forma de fortalecer seus direitos de permanência e participação no Plano de Manejo de forma transformadora e cidadã, pois a maioria dos Planos de Manejo previstos para as unidades de conservação desconsideram a contribuição das populações para a manutenção da diversidade biológica e cultural.

Depois de seis anos de resistência, a comunidade conseguiu ter respeitado o direito de permanecer em seu território de vida. Em agosto de 2007, foi aprovado o Projeto de Lei nº. 7.708, que modifica a categoria da UC dos Pontões Capixabas de Parque Nacional para Monumento Natural, categoria essa que permite a permanência do homem nas áreas de conservação ambiental desde que as atividades de produção se restrinjam apenas às áreas já utilizadas anteriormente à implantação da UC. No artigo 2º do Projeto de Lei nº. 7.708, são descritos os objetivos básicos do Monumento Natural, que são: preservar pontões rochosos, a flora e a fauna, bem como a paisagem e as culturas tradicionais; e, no parágrafo único do art. 2º, é garantida a utilização da terra e dos recursos naturais pelos

proprietários, desde que se comprometam com a conservação, conforme disposto no plano de manejo da unidade.

Verificou-se que não seria difícil o cumprimento desse critério pela comunidade camponesa pomerana, bem como a introdução de novas atividades sustentáveis, pois além das atividades voltadas para a agricultura de pequena produção, de certa forma, muitos camponeses já se dedicavam a atividades de conservação e manutenção das áreas de matas nativas existentes em suas pequenas propriedades. Ressalta-se que manter uma área de mata nativa em suas propriedades sempre foi um costume dos camponeses pomeranos.

As populações tradicionais, mediante suas práticas culturais, colaboraram para a manutenção da diversidade biológica, desde que tenham sido respeitadas e mantidas suas formas tradicionais de manejo. A implantação de Unidades de Conservação que respeitem as práticas tradicionais contribuem “tanto para a proteção de formas de vida humana mais compatíveis com a diversidade biológica, quanto para a conservação do mundo natural, seja ele ‘virgem’, seja já alterado por populações tradicionais” (DIEGUES, 2004, p. 155).

Contudo, por meio dos relatos concedidos, constatou-se que a vitória na luta pela mudança de categoria de PARNA para Monumento Natural não foi suficiente para amenizar o impacto causado pela criação da UC dos Pontões Capixabas, que se colocou como uma ameaça de desterritorialização à comunidade de camponeses pomeranos, pela forma abrupta e desrespeitosa como ocorreu em seu início, como demonstraram os depoimentos concedidos.

O sentimento de pertencimento ao lugar fica claro no depoimento de Alice, que também deixa transparecer a tristeza gerada pela ameaça de ter que deixar o espaço de vida pós-criação da UC dos Pontões Capixabas:

Alice - as terras sempre foram nossas, do meu avô passou para meu pai, que passou para os filhos e que nós agora passaremos para os netos. Nossa relação com a terra é de muito amor e valor, porque preservamos isso a vida inteira desde a época do meu avô, porque se hoje é um lugar valorizado e bonito é porque nós cuidamos de tudo e preservamos sempre,

por isso significa um pedaço de nós, por isso mexe muito com nossos sentimentos e emoções pensar em ter que sair daqui (choro). (Alice, 62, em 03/2006).

A possibilidade de ter que deixar o espaço de vida desenvolveu na comunidade um sentimento novo, a angústia, por, de repente, ter que deixar seu meio de vida, de não ter mais sua forma de reprodução social tradicional:

Gelson - a renda é toda baseada na agricultura, a gente vende café e banana. Ficaria muito difícil, porque a gente só sabe fazer isso porque fomos criados aqui na terra, acho que nem eu e minha família sabemos fazer outra coisa. (Gelson Miller, 54, em 03/2006)

Fabrizio - vendemos café e coco. Acho que morreríamos todos! Uns de preocupação, outros de tristeza, depressão, como já existem aqui na região várias pessoas deprimidas com a possibilidade de sair das suas terras. Não é fácil! Porque é o que sabemos fazer, trabalhar com a terra, na agricultura. (Fabrizio Vervloet, 38, em 03/2006)

Com referência à importância da terra como fonte de reprodução social, do espaço de vida para a comunidade pomerana e da relação de pertencimento, identidade e valorização do espaço, Rogério Haesbaert (2004, p. 95) considera que o território, envolvido em relações de “dominação e de apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação política-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica”. Neste sentido, entende-se que cada grupo social, classe ou instituição territorializa-se a partir de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político- cultural).

O território possui sempre, uma dimensão simbólica, cultural, desenvolvida por uma identidade territorial criada pelos sujeitos sociais, como um meio de controle simbólico sobre o seu espaço de vida (sendo também uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar em que a apropriação e ordenação do espaço se colocam como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos, ou seja, faz-se necessário distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem (HAESBAERT, 1997).

Verifica-se que o trabalho, intrínseco ao modo de produção, é colocado como condição essencial para a valorização do espaço e formação da sociedade. Desta forma, o território também se coloca como condição essencial para a relação de produção e, conseqüente, reprodução social das comunidades pomeranas.

A relação de valorização do espaço/território, identidade ao lugar e recriação simbólica do território pelas comunidades pomeranas só ocorreu a partir do processo de reterritorialização desta em novo espaço, pela possibilidade de manutenção de seu modo de vida camponês e reprodução das condições de sua existência, que só acontece, como já ressaltamos, quando as sociedades humanas estabelecem relações vitais com seu espaço.

A criação de áreas naturais protegidas, como é o caso do PARNA, posteriormente Monumento Natural dos Pontões Capixabas, reflete uma dicotomia na relação sociedade/natureza que precisa ser superada pela compreensão de que cada pessoa é parte do ecossistema local e da comunidade biótica, seja em dimensão natural ou cultural. O conflito entre a visão da população tradicional e a visão do Estado se reflete na imposição sobre o território vivido dessa população quando o Estado traz um plano de manejo que sequer faz referência aos que já viviam ali. Faz-se necessário perceber que a conservação pode ser muito mais efetiva se considerar a real integração e participação das populações tradicionais, o cuidado realizado por meio do processo coletivo no plano de gestão, em que todos participem e tenham acesso às informações para a troca de saberes, na procura de uma harmonia dinâmica dos ecossistemas, em que todos encontrem seu lugar.

Considerando-se que o espaço e o território se colocam como condições essenciais para a continuidade do modo de vida da comunidade camponesa pomerana, salienta-se a necessidade de um projeto integrado de gestão da Unidade de Conservação entre comunidade local, poder público e órgãos responsáveis para a introdução adequada de novas atividades, para que estas, bem como a gestão da área, não venham a se constituir também como uma ameaça ao modo de vida tradicional da comunidade camponesa pomerana.

Ao se trabalhar com uma comunidade tradicional em Unidade de Conservação, torna-se importante analisar as relações de territorialidade e de identidade espacial e compreender as diferentes relações estabelecidas neste espaço, agora unidade de conservação, e as influências destas relações na transformação espacial, conhecendo o espaço vivido e as relações de pertencimento ao lugar e a territorialidade da comunidade para que se desenvolvam ações focadas no entendimento de uma nova realidade, tanto para que esta população possa lutar por melhorias nas políticas de preservação impostas ao seu território de vida, como para compreender a importância de se conservar o ecossistema em que vivem.

Nesta perspectiva, o território “não seria um simples instrumento de domínio político-econômico e/ou espaço público de exercício de uma (pretensa) cidadania, mas efetivamente um espaço de identificação e (re)criação do/com o mundo, a ‘natureza’” (HAESBAERT, 2002, p.158).

Assim, a relação de identidade e pertencimento ao território desenvolvida pelos imigrantes pomeranos ao se reterritorializarem na região de Pancas explica-se pelo significado simbólico de referência e de identidade que o território adquire representando a possibilidade de continuidade da vida. Entende-se, então, que a relação de valorização do espaço, identidade e pertencimento ao lugar, ao território, por parte da comunidade camponesa pomerana, em Pancas, ocorreu a partir da possibilidade da reterritorialização desta em um novo espaço, permitindo a reprodução de seu modo de vida tradicional, o campesinato, condição de sua existência, tolhida durante o processo de destituição de seu território, a Pomerânia, quando o povo pomerano foi desterritorializado.

## **NOTAS FINAIS**

<sup>1</sup> A partir de 2007, houve a mudança da categoria de Parque Nacional para a de Monumento Natural.

<sup>2</sup> Santa Isabel foi a primeira colônia de imigrantes alemães no Espírito Santo, fundada em 1847 e emancipada em 1865, sendo posteriormente denominada de Domingos Martins.

<sup>3</sup> A Terra Fria é a região inicial da colonização pomerana no Espírito Santo, localizada na área montanhosa, com núcleos de colonização pomerana nos vales dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória.

Na Terra Quente (sul do rio Doce), a migração ocorre em fins do século XIX e início do século XX abrangendo os atuais municípios de Afonso Cláudio, Laranja da Terra, Itaguaçu, Itarana, Baixo Guandu e partes de Santa Teresa e de Colatina. Já na Terra Quente ao norte do rio Doce, o processo migratório se deu somente após a I Guerra Mundial, na região do Alto Mutum Preto, Pancas, Laginha e Novo Brasil.

<sup>4</sup> Nessas 396 pequenas propriedades vivem 583 famílias, totalizando 2.112 moradores.

<sup>5</sup> No Espírito Santo, atualmente, vivem cerca de 120 mil descendentes pomeranos. Em Pancas, os descendentes de alemães e pomeranos somam entre 6.000 e 8.000 indivíduos. Cerca de 60% desse total são de descendentes de pomeranos (a maioria localizada na região de Pancas) que vivem apenas da pequena propriedade rural que possuem e que é passada de pai para filho (Acervo Biblioteca de Pancas s/d).

<sup>6</sup> Ressalta-se que depois de muita luta da comunidade camponesa pomerana por meio da Associação de Amigos do Parque, apoiada pela sociedade civil e autoridades do Governo do Espírito Santo, em 2006, por aprovação do Projeto de Lei nº 7.708, a UC dos Pontões Capixabas passa da categoria de Parque Nacional à Monumento Natural.

<sup>7</sup> A comunidade não teve acesso aos meios de consulta sobre a implantação da Unidade de Conservação dos Pontões Capixabas (categoria de Parque Nacional). A consulta foi realizada via eletrônica (internet), contudo sem explicar o significado e funcionamento do Parque Nacional (no qual não se permite a permanência do homem em sua área).

<sup>8</sup> Os entrevistados que solicitaram a não divulgação de seus nomes foram identificados por nomes fictícios sem o complemento do sobrenome, diferente do modo como são identificados os entrevistados que autorizaram a divulgação de sua identidade.

## REFERÊNCIAS

BONNEMAISON, J. ; CAMBREZY, L. Le lien territorial: entre frontières et identités. **Géographies et Cultures** (Le Territoire), n. 20 (inverno). Paris, L' Harmattan-CNRS, 1996.

BRASIL. **Projeto de Lei nº. 7.708**, de agosto de 2006.

BOFF, L. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BORTOLETO, E. M.; TESCH, A. L. e VIGNA, J. P. **A unidade de conservação dos pontões capixabas em Pancas - ES e as ações de integração da comunidade pomerana camponesa tradicional através da educação ambiental**. Colatina: Funcab, 2007 (meio eletrônico).

DIEGUES, A. C. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2004.

GUATTARI, F. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço e Debates**, n. 16, ano V. São Paulo: Cortez, 1985.

GODELIER, M. **L' idéal et le materiel**. Paris: Fayard, 1984.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

JACOB, J. K. **A imigração e aspectos da cultura pomerana no Espírito Santo**. Coleção Memórias 3, Departamento Estadual de Cultura. Vitória: Citarts, 1992.

MARQUES, M. I. M. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). São Paulo: FFLCH/USP, 1994. 153 p.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009.

RAFFESTIN, C. **Per uma geografia del potere**. Milão: Unicopli, 1981.

RETZ, S. **Memória, vivência e testemunho**. Santa Maria de Jetibá: Graficol, 2005.

ROCHA, G. **Imigração estrangeira no Espírito Santo 1847-1896**. Vitória: Santo Antônio, 2000.

RÖLKE, H. R. **Descobrimdo raízes**. Vitória: UFES, 1996.

TALLON, M. D. **História do Espírito Santo**: ensaio sobre sua formação histórica e econômica. Cadernos de História. s/d.

TOMLINSON, J. **Globalization and culture**. Chicago: Chicago University Press, 1999.

TRESMANN, I. A pátria renascida. **Revista Globo Rural, cidade**, Edição 268 - Fev/2008.



## RESUMO

A comunidade de camponeses pomeranos vive há aproximadamente oitenta anos na região de Pancas e Laginha, no estado do Espírito Santo, área onde se localizam os Pontões Capixabas e que, a partir de 2002, foi transformada em Parque Nacional, pelo Governo Federal, sem que houvesse uma consulta prévia à comunidade local sobre o significado da transformação do seu espaço de vida em Unidade de Conservação. Esta situação provocou grande descontentamento e ansiedade entre os camponeses pomeranos, pois mais de 500 famílias que vivem na área corriam o risco de serem desapropriadas, com consequente nova desterritorialização. Na pesquisa, então, norteou-se pelo objetivo geral de analisar as relações entre identidade, território e pertencimento no processo de desterritorialização da população camponesa pomerana e sua reterritorialização na região de Pancas/ES, bem como os impactos que a transformação da área em Unidade de Conservação trouxe a essa relação. A metodologia desenvolvida utilizou-se de levantamentos teóricos sobre os temas norteadores, trabalho de campo para observação da área ocupada e conhecimento da comunidade camponesa pomerana na região de Pancas/ES. As entrevistas para a obtenção de depoimentos sobre a comunidade e seu modo de vida tiveram como base a memória coletiva e a história de vida por meio da história oral. Assim, verificou-se o impacto psico-social que a criação da Unidade de Conservação, da forma como ocorreu, gerou entre a comunidade pomerana, para a qual, o estranho, o diferente, o governo, a preservação, tudo passou a ser entendido como ameaça ao seu território de vida, mas, também, uma reação de fortalecimento do sentimento de identidade e pertencimento ao território desenvolvido pela população pomerana da região de Pancas/ES ao terem que lutar novamente pela manutenção do território vivido.

**Palavras-chave:** Identidade. Território. Pertencimento. Modo de Vida Tradicional. Territorialização. Unidade de Conservação

## ABSTRACT

The community of Pomeranians peasants lives at approximately eighty years in the region of Pancas and Laginha, in the state of Espírito Santo, area which is located the pontoons Capixabas and, since 2002, was transformed into a National Park, by the Federal Government, without a prior consultation with the local community about the significance of the transformation of their living space into a Conservation Unit. This situation caused a great discontent and anxiety among the Pomeranians peasants, for over 500 families living in the area that were likely to be expropriated, with a consequent and new desterritorialization. This research was guided by the general purpose of analyzing the relationship between identity, territory and belonging in the process of desterritorialization of the Pomeranian peasant population and their reterritorialization in the region of Pancas/ES, as well as the impacts that the transformation of the area into a Conservation Unit brought to this relationship. The developed methodology used the theoretical issues about the guiding topics, observational field work in the area occupied and knowledge of the Pomeranian peasant community in the region of Pancas/ES. The interviews to obtain statements about the community and their way of life were based on the collective memory and life history through the oral history. Thus, we verified that the psycho-social impact that the establishment of the Conservation Unit, the way it happened, have created between the Pomeranian community, to which the stranger, the different, the government, the preservation, everything came to be understood as a threat to its territory of life, but it was also, a reaction to strengthen the sense of identity and belonging to the territory of the Pomeranian population developed in the region of Pancas / ES and having that fight again for the maintenance of the area lived.

**Key words:** Identity. Territory. Belonging. Traditional Way of Life. Territory Lived. Pomeranians.

---

**Informações sobre os autores:**

<sup>1</sup>Júlio César Suzuki – <http://lattes.cnpq.br/4360471897465420>

Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia/FFLCH/USP, São Paulo, Brasil.

Contato: [jcsuzuki@usp.br](mailto:jcsuzuki@usp.br)

<sup>2</sup>Elaine Mundim Bortoleto – <http://lattes.cnpq.br/2342857398682045>

Doutoranda em Geografia Humana/FFLCH/USP, São Paulo, Brasil.

Contato: [elainemundim@hotmail.com](mailto:elainemundim@hotmail.com)

Recebido: 02-06-2011

Aceito: 27-07-2011